



**Filosofia Política,
Educação, Direito e
Sociedade 8**

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 8

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 8 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 8)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-101-5

DOI 10.22533/at.ed.015190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ROUSSEAU, MUITO ALÉM DO CONTRATO Mirela Teresinha Bandeira Silva Moraes DOI 10.22533/at.ed.0151904021	
CAPÍTULO 2	11
A FLUIDEZ DO “FICAR” ADOLESCENTE: BREVE NOTA NA PÓS-MODERNIDADE Solange Aparecida de Souza Monteiro Karla Cristina Vicentini de Araujo Carina Dantas de Oliveira Hamilton Édio dos Santos Vieira Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro DOI 10.22533/at.ed.0151904022	
CAPÍTULO 3	18
O PODER, A VIOLÊNCIA E A CRISE DA POLÍTICA EM WALTER BENJAMIN Márcio Jarek DOI 10.22533/at.ed.0151904023	
CAPÍTULO 4	27
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO Antonio José Araujo Lima Eliane Maria Nascimento de Carvalho Nilza Cleide Gama dos Reis Ronaldo Silva Júnior Welyza Carla da Anunciação Silva DOI 10.22533/at.ed.0151904024	
CAPÍTULO 5	34
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E TERCEIRA IDADE João Manoel Borges de Oliveira Matheus Santos Medeiros Hugo Henrique Sousa de Lisboa Mariana Melo Mesquita de Siqueira Rener Rodrigo Pires Talita Neri Caetano de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.0151904025	
CAPÍTULO 6	45
PARADIGMAS DA ESTRUTURAÇÃO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO EPISTEMOFÍLICO INFANTIL Aline Aires da Costa Giovani Zago Borges Veruska Vitorazi Bevilacqua DOI 10.22533/at.ed.0151904026	

CAPÍTULO 7 52

PROTAGONISMO RESPONSÁVEL: A LÓGICA DO DEVER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, DO
PROFISSIONALISMO E DA LIDERANÇA

[Wílian Mauri Friedrich Neu](#)

DOI 10.22533/at.ed.0151904027

CAPÍTULO 8 62

SIGNO VERBAL E LUTA DE CLASSES: A ARENA DISCURSIVA DE TRÊS POSIÇÕES AXIOLÓGICAS
SOBRE O CORTE DE GASTOS NO GOVERNO TEMER

[José Ronaldo Ribeiro da Silva](#)

[Juliane Vargas](#)

[Carlos Sergio Rodrigues da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.0151904028

CAPÍTULO 9 74

TEIAS DE DIÁLOGOS FEMININOS. A GRAPHIC NOVEL “BORDADOS” E A UTILIZAÇÃO DE TEXTOS
MULTIMODAIS PARA UM ENSINO PROCESSUAL: DA ESCRITA À PRÁTICA SOCIAL

[Regimário Costa Moura](#)

[Felipe Marinho da Silva Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.0151904029

CAPÍTULO 10 87

PROPOSIÇÕES ÉTICAS E ESTÉTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM A CRIANÇA
EM SITUAÇÃO DE RISCO, VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE SOCIAL

[Maria Aparecida Camarano Martins](#)

[Joelma Carvalho Vilar](#)

[Sheyla Gomes de Almeida](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040210

CAPÍTULO 11 93

PROPOSTA INVESTIGATIVA DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO AUXILIADOR DA APRENDIZAGEM

[Made Júnior Miranda](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040211

CAPÍTULO 12 106

OS JOGOS EDUCATIVOS COMO FERRAMENTA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
NA ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

[Fillipi André dos Santos Silva](#)

[Sheila Saint Clair da Silva Teodósio](#)

[Soraya Maria de Medeiros](#)

[Ana Elisa Pereira Chaves](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040212

CAPÍTULO 13 112

OS RUMOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O EHPS

[David Budeus Franco](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040213

CAPÍTULO 14	118
PLANEJAMENTO DA AÇÃO DIDÁTICA: IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas Lucivânia Maria Cavalcanti Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.01519040214	
CAPÍTULO 15	125
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E AO EMPREGO–PRONATEC: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM	
Maria José Fernandes Torres Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares Fábio Alexandre Araújo dos Santos Ana Lúcia Sarmento Henrique Ilane Ferreira Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.01519040215	
CAPÍTULO 16	138
REFLEXÕES ACERCA DA (IN) VISIBILIDADE DA CRIANÇA NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
Marcia Cristina Argenti Perez Estefânia Coelho Chicarelli	
DOI 10.22533/at.ed.01519040216	
CAPÍTULO 17	148
AGREGANDO SABOR AO TRABALHO DO MOVIMENTO CAMPONÊS: EMPREGO DO EXTRATO DE SEMENTE DE MORINGA NA TECNOLOGIA DE DERIVADOS LÁCTEOS FERMENTADOS	
Jaqueline Vaz da Silva Thyago Leal Calvo Ed Carlo Rosa Paiva Jupyrcyara Jandyra de Carvalho Barros	
DOI 10.22533/at.ed.01519040217	
CAPÍTULO 18	154
PENSAR, MOTIVAR E CRIAR COM A DIFERENÇA: CINEMA, ESCOLA E ALTERIDADE	
Andréa Casadonte Carneiro Leão	
DOI 10.22533/at.ed.01519040218	
CAPÍTULO 19	162
PINTAR, DESENHAR, “ARTESANAR”: O ARTESANATO COMO PRODUÇÃO SIMBÓLICA ESTÉTICA DA LEITURA DO MUNDO POR CRIANÇAS	
Franciane Sousa Ladeira Aires	
DOI 10.22533/at.ed.01519040219	
CAPÍTULO 20	177
PROMOVENDO A ACESSIBILIDADE NO IMEPAC: AÇÕES COTIDIANAS FACILITADORAS DA CONVIVÊNCIA E COM RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS	
Ana Lúcia Costa e Silva Laurice Mendonça da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.01519040220	

CAPÍTULO 21	185
PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 2000	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Ângela Kaline da Silva Santos	
Larissa dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.01519040221	
CAPÍTULO 22	194
OBJOR-MT - OBSERVATÓRIO DA ÉTICA JORNALÍSTICA EM MATO GROSSO: LEITURAS DE MUNDO, EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS E DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA	
Rafael Rodrigues Lourenço Marques	
Gibran Luis Lachowski	
Débora Muller Padilha	
DOI 10.22533/at.ed.01519040222	
CAPÍTULO 23	207
A INFLUÊNCIA DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO SOCIAL NOS ESTUDOS SOBRE BRINQUEDOTECAS EM DIFERENTES CONTEXTOS: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR	
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.01519040223	
CAPÍTULO 24	215
A QUESTÃO DO DISCURSO OFICIAL SOBRE A PROPOSTA DE ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA INFANTIL NO BRASIL (2000-2010)	
Vanildo Stieg	
Regina Godinho de Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.01519040224	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232

O PODER, A VIOLÊNCIA E A CRISE DA POLÍTICA EM WALTER BENJAMIN

Márcio Jarek

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –
UTFPR
Curitiba - Paraná

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns aspectos do empreendimento crítico do filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940), elaborados na década de 1920 e relacionados a sua intenção de reestruturação da compreensão da política na idade contemporânea. Mais precisamente, nos propomos a remontar alguns traços e desdobramentos do projeto de Benjamin de escrever um livro sobre a relação entre vida e política. O que o coloca como um precursor do atual debate sobre as dimensões biopolíticas das relações de poder e, por sua vez, das crises da democracia e do Estado de Direito. Tendo em vista a estrutura pensada por Benjamin para esse projeto sobre as relações entre vida e política, nossa apresentação visa inicialmente a avaliação crítica das qualidades desse verdadeiro homem político através do exame das relações entre o corpo vivo humano (*Leib*) e seus desdobramentos na compreensão político-antropológica do problema psicofísico da vida humana. E, a partir dessas constatações, abordaremos, num segundo momento, a compreensão de Benjamin da vida enquanto

mera vida (*blosses Leben*) no contexto de crise da verdadeira política e estabelecimento de relações de poder/violência (*Gewalt*) justificados pelas tradições jurídico-políticas modernas.

PALAVRAS-CHAVE: Política, Vida, Violência, Poder, Walter Benjamin.

ABSTRACT: The present work aims to present some aspects of the critical enterprise of the german philosopher Walter Benjamin (1892-1940), elaborated in the 1920's and related to his intention to restructure the understanding of politics in the contemporary age. More precisely, we propose to reconstruct some traces and developments of Benjamin's project of writing a book on the relationship between life and politics. This poses a precursor to the current debate on the biopolitical dimensions of power relations and, in turn, the crises of democracy and the rule of law. In view of Benjamin's framework for this project on the relations between life and politics, our presentation initially aims at the critical appraisal of the qualities of this real politician by examining the relationships between the human living body (*Leib*) and its unfolding understanding political-anthropological view of the psychophysical problem of human life. And from these findings, we will, in a second moment, approach Benjamin's understanding of life as mere life (*Blosses Leben*) in the context of a crisis of true politics and establishment of

power-violence relations (Gewalt) justified by legal-political traditions modern.

KEYWORDS: Politics, Life, Violence, Power, Walter Benjamin.

1 | INTRODUÇÃO

Em 1920, Benjamin começou a colocar no papel suas ideias sobre o tema da política e esperava publicar brevemente um livro sobre o tema. Segundo correspondências e rascunhos da época (sobretudo as cartas endereçadas à G. Scholem em 1º e 29 de dezembro de 1920, os fragmentos 72 e 73 sobre história e política, que datam do mesmo período, e o texto que ficou conhecido como “Fragmento teológico-político”) a obra deveria possuir três partes: a primeira intitulada “O verdadeiro homem político”, que se colocaria como tese principal do livro e trataria das relações mais imediatas entre a política e a vida; a segunda parte intitulada “A verdadeira política” abordaria a questão da violência e da noção histórica de uma “teleologia sem fim” e serviria como uma espécie de antítese em relação à primeira parte; e, por fim, a terceira parte, que não recebeu um título, deveria compreender a crítica da política contemporânea através da crítica filosófica do romance utópico *Lesabéndio* (1913) de Paul Scheerbart (1863-1915) seguido de uma recensão da obra *O espírito da utopia* (1918) de Ernst Bloch (1885-1977).

2 | O CORPO VIVO E O VERDADEIRO POLÍTICO

Entre os anos de 1916 e 1922, paralelamente aos trabalhos sobre linguagem, crítica e tradução, Benjamin se dedicou ao estudo do problema antropológico da condição psicofísica da vida humana em projetos que nunca vieram a se materializar por completo. Muitos de seus trabalhos posteriores sobre a história, o mito, a religião e, especialmente sobre a política, e ainda aqueles trabalhos que ficariam consagrados por tratar de modo original a crítica e a tradução, trazem formulações que tiveram origem em seus estudos sobre a condição psicofisiológica da “natureza humana”. Dezenas de cartas e fragmentos que restaram desse período atestam uma preocupação crescente com questões que seriam próprias da antropologia, da medicina e da psicologia tais como a relação corpo-alma, a percepção, a morte, o prazer e a dor, a sexualidade, entre outros. Essas mesmas fontes também indicam um universo múltiplo e complexo de referências que vão de Nietzsche e Freud até estudos diversos de grafologia, etnologia e fisiologia como os elaborados por Ludwig Klages, Gustav Fechner, Konrad Theodor Preuss e Johan Jakob Bachofen. Um universo de autores, de referências e de inspirações tão diverso e complexo que, ao modo de Benjamin realizar uma pesquisa, assumindo e “subvertendo” conceitos de uma maneira tal que o mapeamento ou a genealogia de alguma de suas elaborações de pensamento acabam se tornando uma tarefa quase infinita, senão impossível de ser realizada em sua completude.

Esses estudos levaram o jovem e, então, metafísico Benjamin a se deparar com

a busca por um melhor entendimento acerca da natureza orgânica e fisiológica da vida. Muitos fragmentos da época, reunidos apropriadamente sob o título de “Sobre antropologia” (que trata-se de fragmentos que constam no volume VI dos *Gesammelte Schriften*, os “escritos reunidos” de Walter Benjamin e disponibilizados em sua versão para o português no site “Canteiro de obras: arquivos de antropologia”, BENJAMIN, 2012d), trazem esboços de construções originais sobre a relação da vida natural com a vida histórica e sobre a relação do corpo orgânico-material (*Körper*) com a noção de uma totalidade viva compreendida pela noção de corpo vivo (*Leib*).

A concepção desse corpo material (*Körper*) como um “instrumento mais nobre” para a diferenciação faz lembrar, mesmo de modo distanciado, um dos arranjos conceituais mais importantes da filosofia contemporânea, a saber, a noção, muito característica do pensamento de Michel Foucault, dos processos de subjetivação (conforme indica o pesquisador italiano Paolo Primi no posfácio da obra *Política e metafísica* de Erich Unger). Nesses fragmentos metafísicos de juventude, Benjamin apresenta formulações que tornam essa proximidade ainda mais evidente: para ele o corpo material dos indivíduos tem na “faculdade” da percepção um dos mais importantes elementos de diferenciação, logo, alterando-se a natureza da percepção altera-se o processo de individualização (ou, subjetivação para expressarmos em termos atuais). E, ressalta Benjamin ainda, que tal mecanismo serve a formação moral dos indivíduos. Segundo o filósofo, “o corpo material é um instrumento moral. Ele é criado para o cumprimento do mandamento. [...] Mesmo as suas percepções denotam o quanto subtrai ou translada nelas seu dever” (2012d, n.p.).

Seguindo essa discussão sobre o “teor de significação” necessário a compreensão da vida humana, no contexto de entendimento da natureza (material/biológica) como força demoníaca e determinadora do destino e na especulação acerca da possibilidade da diferenciação livre dos indivíduos para a constituição da pessoa humana singular, parece ter sido pressagiada por Benjamin nas especulações presentes no ensaio “Destino e caráter” de 1919. Esse pequeno escrito traz logo em seu início a reflexão sobre o problema da “relação causal” entre destino (*Schicksal*) e caráter (*Charakter*) e da perspectiva de leitura ou previsão do destino através de sinais presentes no corpo vivo e na vida exterior (*äußern Leben*) dos indivíduos. Para Benjamin (2012, p.50) o nexos de significação entre destino e caráter, a partir dos sinais presentes nos indivíduos, não pode ser pensado através de relações causais imediatas, mas tão somente designados/sinalizados no interior de um sistema de sinais. Tal qual a crítica à tentativa da psicologia em definir uma verdade objetiva sobre o homem (conforme pode ser observado no fragmento 45 intitulado “Psicologia”), Benjamin questiona o cunho mítico [segundo ele, a “nova época do Gênio”] dos procedimentos modernos de realização da definição do caráter dos indivíduos a partir de sinais fisionômicos. Para ele (BENJAMIN, 2012, p. 50) a definição do caráter é tão problemática quanto tornar racionalmente possível a predição do futuro através dos elementos do destino.

A doutrina fisionômica [...] é fenômeno da nova época do gênio [*Genius*] na história humana. Os modernos estudos fisionômicos mostram ainda a sua ligação à arte antiga dos áugures [predição, adivinhação] na ênfase de valorização moral estéril dos seus conceitos, e na sua tendência para a complicação analítica (BENJAMIN, 2012, p.56).

Benjamin retira a esfera da vida natural culpada e do destino mítico do homem do campo da religião para inseri-lo no campo do direito. Segundo ele, o direito “eleva as leis do destino”, as leis da natureza que agem sobre o corpo material orgânico, à categoria de “medidas da pessoa humana”. Ressalta Benjamin ainda que, não encontramos na esfera do direito apenas a culpa, mas a desgraça mítica na forma da culpabilização jurídica. Essa culpabilização jurídica, realizada ao melhor modo racionalizado, levou à confusão entre as esferas do direito e a compreensão da justiça. A ordem do direito caracteriza-se como “resíduo da fase demoníaca da existência da humanidade” (Idem). Nessa fase, a vida natural não encontra nenhum meio para romper com o destino mítico e sucumbe então aos ditames do demoníaco (o Gênio) que habita o interior da natureza humana. Para Benjamin (Idem), nesse sentido, “o direito não condena à punição, mas a culpa”. O direito permanece, então, na esfera do mito. Ele o alimenta ao não compreender que se situa impedido de levar suas sentenças para além da vida natural presente no corpo material dos indivíduos e, assim, não alcançar a vida histórica ligada ao corpo vivo da humanidade.

Não é, portanto, afinal o ser humano (*Mensch*) que tem um destino: o sujeito é indeterminável. O juiz pode descortinar destino onde quiser, e ditará às cegas um destino com cada condenação. O ser humano (*Mensch*) nunca será atingido por esse destino, mas apenas a *vida nua* [ou mera vida, *das bloÙe Leben*] nele, que participa da culpa natural e da desgraça devido àquela aparência [de ser vivo] (BENJAMIN, 2012, p.53, grifos e inserções nossas).

Essa vida nua, ou para sermos mais precisos, essa mera vida (*das bloÙe Leben*), comporta-se, então, como equivalente de uma vida *meramente* natural situada apenas na vida orgânica do corpo material (*Körper*), conforme apresentado nos “Esquemas do problema psicofísico”. Cabe notar que a tradução do termo *bloÙe Leben* para o português, realizada por Ernani Chaves (BENJAMIN, 2011), aparece como “mera vida”. Na tradução realizada por João Barrento (BENJAMIN, 2012) para a edição portuguesa figura a expressão “vida nua” que segue a opção polêmica utilizada por G. Agamben ao relacionar a temática da crítica da violência de Benjamin com o contexto de reflexões em torno das temáticas atuais da biopolítica. Seguindo as opções de tradução para a língua inglesa (*bare life*), para a língua francesa (*simple vie*) e as observações de Jeanne Marie Gagnebin (In BENJAMIN, 2011, p.151), optamos pelo uso da expressão “mera vida” como o equivalente de *bloÙe Leben*. Segundo Gagnebin, o adjetivo *bloss* significa “mero”, “simples” ou “sem nenhum complemento” como equivalente de “nu” no sentido de “despido” e não “nu” no sentido de nudez vital, como a nudez do bebê quando nasce, nesse caso, destaca o tradutor, o termo mais apropriado seria *nackt*.

Assim, após essas devidas considerações de tradução, pode-se admitir que, para Benjamin, em qualquer ser vivo, a vida corporal orgânica está fadada à sua dissolução

e morte, esse é o seu “destino”. Desse modo, configura-se como vida condenada, ou mesmo culpada, pois não pode, nesse plano, se completar ou se realizar. Não há possibilidade alguma de fugir a este “destino natural” apenas pela via que considera “sagrada” somente o “teor material” da vida humana.

3 | A MERA VIDA E A CRÍTICA DA VIOLÊNCIA

O principal trabalho de Benjamin resultante de sua intenção em pesquisar as relações entre vida e política e, por sua vez, o único deste empreendimento que restou completo no conjunto de seus escritos, é o ensaio intitulado “Para uma crítica da violência” (*Zur Kritik der Gewalt*) que foi escrito entre os anos de 1920 e 1921 e publicado em 1922. O ensaio é o fruto de temas pesquisados pelo filósofo para compor a segunda seção de sua obra sobre política que não chegou a ser concluída. Essa seção se chamaria “A verdadeira política” e consistiria em uma espécie de antítese à primeira seção que versaria sobre “o verdadeiro homem político”. Nesse ensaio, o conjunto de argumentos de Benjamin gira principalmente em torno das relações entre vida e violência. Se o “verdadeiro homem político” liga-se à noção psicofísica de um corpo vivo (*Leib*) que extrapola as limitações do corpo material (*Körper*) e proporciona uma condição de vida histórica aos homens, as relações entre vida e violência colocam-se como antítese dessa possibilidade da humanidade de instauração de uma “verdadeira política”. As relações de violência, ou de poder (*Gewalt* em alemão), que se realizam sobre a vida, procuram considerar esta tão somente como objeto de um destino mítico. Destino que situa a vida unicamente como vida natural culpada e a circunscreve apenas no campo de culpabilização jurídica da mera vida.

O labirinto de divisões e subdivisões do escrito traz, sobretudo, a crítica da política atual (e, conseqüentemente, a crítica do direito) a partir de argumentos influenciados principalmente pelas ideias do pensador judaico alemão Erich Unger (1887-1950). Unger publicou sua principal obra, intitulada *Política e Metafísica* no mesmo ano (1921) em que Benjamin trabalha no escrito sobre vida e violência. Essa obra trata basicamente da possibilidade de avaliação metafísica da política e da relação desta com a condição psicofísica humana e, junto das teses do anarquista francês Georges Sorel (1847-1922) acerca do mito e da violência contidos na obra *Reflexões sobre a violência* (1908), forma a principal base de referências da argumentação de Benjamin em seu escrito crítico. É necessário destacar que o ensaio “Para uma crítica da violência” foi, por assim dizer, “redescoberto” pela crítica política contemporânea, mas tornou-se hegemônica a interpretação que tenta situá-lo exclusivamente na esfera do debate biopolítico atual (vide os trabalhos recentes de Giorgio Agamben e de Roberto Esposito). Tomamos como principal aspecto de nossa avaliação algumas das relações pouco estudadas entre o pensamento de Unger e de Benjamin na compreensão da crítica da violência sobre a mera vida aliadas a reflexão metafísica sobre a “verdadeira

política”.

A obra de Unger que Benjamin recomendava na época, *Política e metafísica*, não alcançou grande repercussão naquele momento e ficou ainda muito tempo esquecida entre os pesquisadores do pensamento político contemporâneo. A obra se dedica a crítica dos pressupostos metafísicos da política moderna e analisa a condição de possibilidade da ação política atual eficaz e não catastrófica. Para tanto, Unger estrutura seu pequeno livro em três momentos: primeiro, a crítica da representação política referida ao psicofísico; em segundo lugar, a definição metafísica do conceito de povo; e, por último, a exposição do esquema de uma nova política. É característica do pensamento de Unger (e, em certa medida, partilhada por Benjamin) uma ideia de fundo judaico de que a total cisão entre a esfera material e metafísica da política, caracterizada pela ênfase moderna e contínua apenas às questões econômicas, faz surgir o perigo da condução da história humana para a catástrofe. Tal constatação de Unger se condensa originalmente na compreensão do problema psicofísico da vida humana e nos processos de subjetivação dos indivíduos e formação da noção de povo e de humanidade. Assim como em Benjamin, o problema reside no entendimento político-metafísico de uma vida mais abrangente na história, onde um corpo vivo (*Leib*) é pensado como superior a vida natural material (*Körper*). O processo de constatação da catástrofe na política moderna em Unger se assemelha desse modo à crítica do poder/violência mítica sobre a vida em Benjamin (conforme constata os pesquisadores Paolo Primi, no posfácio à recente tradução italiana da obra de Erich Unger, e Carlos Pérez López no artigo “Walter Benjamin y G. Sorel: entre el mito de la huelga general y una política de médios puros”).

Temos que, se as discussões sobre o Estado de direito, sobre as formas da violência e, principalmente, a compreensão da noção de greve geral são fios condutores da construção teórica de Benjamin no ensaio sobre a crítica da violência, o conceito de mera vida é o coração de toda arquitetura interpretativa do autor. Seguindo os passos propostos por Eli Friedlander (2012), podemos identificar que a noção de mera vida aparece no referido ensaio apenas quando este se encaminha para o fim e aparece em três modos distintos de relações: do direito, da força (ou do poder e da violência) e da vida em geral. Essas relações podem ser consideradas, respectivamente, da seguinte maneira: pelo problemático modo de como se usa a força (no sentido de *Gewalt*) sobre a vida para a preservação das estruturas de direito estabelecidas, pela força mítica sobre a vida existente nas leis (como superação do destino pelo sacrifício instaurador de uma nova ordem do direito) e a manifestação divina do poder que dissolve toda lei para o bem da própria vida (uma vida superior e histórica). O poder (ou violência) originado nas estruturas legais do direito é exercido de modo desenfreado sobre a mera vida. Este poder consiste na face demoníaca da violência mítica e impede uma compreensão mais abrangente da vida. Essa compreensão somente poderia ser encontrada na manifestação da violência divina enquanto um “meio puro” e “não sangrento” de expiar a culpa e purificar a vida de toda

violência. Nesse sentido, Benjamin visa livrar toda violência e poder que é exercida sobre a mera vida natural. Visa com isso também destacar a qualidade *mera* dessa manifestação natural da vida e questionar a atribuição de qualquer valor absoluto em si a esta vida corpórea (por sua vez, orgânica e “sanguínea”). Lembra Benjamin (2011, p.151) que “o sangue é o símbolo da mera vida”. Isto representa dizer que a condição de mera vida, dentre toda a vida, é a condição essencialmente biológica de uma vida orgânica e natural. Essa vida é desprovida de qualquer transcendência e despida de qualquer roupagem, de qualquer cobertura retórica (conforme observação anterior, o termo alemão “*bloÙe*” faz menção a esse tipo de nudez). Nessa perspectiva, Benjamin defende que é por essa via que podemos compreender que...

com a mera vida termina o domínio do direito sobre o vivente [*Lebedingen*]. A violência mítica é violência sangrenta exercida, em favor próprio, contra a mera vida; a violência divina e pura se exerce contra toda a vida, em favor do vivente. A primeira exige sacrifícios, a segunda os aceita (BENJAMIN, 2011, p.151-52, com inserções nossas).

O conceito de mera vida é uma estratégia conceitual utilizada por Benjamin que, ligada a uma particular metafísica, é colocada como oposição ao estreitamento imposto pela perspectiva mítica de defesa “sacrificial” da mera vida em detrimento de uma vida mais abrangente. Segundo Benjamin, essa perspectiva é bem ilustrada na defesa da tese da sacralidade da vida (entendida apenas como vida natural e orgânica). Essa tese orientou vários pensadores, religiões e sistemas político-jurídicos ao longo da história e sustenta que toda a vida animal (e mesmo vegetal) ou, em alguns casos, apenas a vida humana, deve ser acima de tudo protegida. A tese da sacralidade da vida apresenta, segundo Benjamin, uma nova forma de violência mítica, um equívoco em forma de dogma moderno, que acredita que a vida natural e orgânica possa ter em si algum valor “sagrado”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a partir de todos as considerações anteriores, relacionadas aos principais pontos da argumentação de Benjamin em sua crítica da violência e do poder e, à luz das leituras que realizou da obra de Erich Unger, é que podemos chegar a algumas observações mais detalhadas acerca das relações entre vida e política. O pesquisador Marc Berdet (2014) nos assegura que em todos os trabalhos de Benjamin relacionados à discussão sobre a “verdadeira política” existe a defesa metafísica de uma intervenção vertical, de inspiração divina, a favor de toda a vida que interrompe o curso da história sem, no entanto, que isto precipite ou realize uma nova ordem. Esta defesa seria a marca, no pensamento de Benjamin, de uma postura irreduzível às formas de abstração teleológica da vida política, mas, no entanto, essa mesma defesa o aproxima de outro tipo de abstração. Uma abstração que se situa na noção de que a verdadeira política, de teor metafísico, consiste em deixar desenvolver livremente

as ligações entre a matéria e o espírito ou entre a natureza e o homem na esfera dita psicofísica dos indivíduos. Mais precisamente, essa “verdadeira política” não deixa que a perspectiva (mítica) da natureza e da matéria domine e determine a vida e as relações entre os homens. Atuar com as relações entre os homens e a natureza tanto quanto entre os homens entre eles, reenvia menos à política de gênero tradicional que uma política “anarquista” no sentido metapsicotécnico de uma mediação libertadora, como deixa pensar os argumentos da crítica da violência. Essa proposta política “libertadora” de Benjamin encontra em Unger, e suas reflexões sobre as relações entre o desenvolvimento psíquico e natural do homem, seu melhor interlocutor.

Por fim, o entendimento sobre a relação psicofísica do homem tornou-se fundamental tanto para Unger quanto para Benjamin na tarefa de compreensão política das relações sociais como um corpo. Não um corpo mecânico e unicamente material, como era comum na teoria política moderna, mas um corpo vivo que se dá na linguagem e na história. Se os corpos individual e social, a “singularidade” e a “pluralidade” (para Unger), o homem e a humanidade (para Benjamin), fossem apenas uma estrutura mecânica e material, seria plausível distinguir uma instância superior (superestrutura) de uma ordem a qual as instâncias menores (infraestruturas) deveriam responder (LÓPEZ, 2015). No entanto, para Unger assim como para Benjamin, o corpo é um todo orgânico articulado histórica e metafisicamente. Qualquer disfunção de um só aspecto dessa corporalidade viva, ou mesmo qualquer reducionismo da vida à uma de suas particularidades, afeta a totalidade da vida causando a violência e o retorno do mito. Motivado por essa avaliação, Unger condenou qualquer visão da política entendida exclusivamente com relação a interesses econômicos. A título de exemplo, esse aspecto pode ser observado no ensaio sobre “O capitalismo como religião” de 1921, onde Benjamin também condena essa mesma redução da política à economia.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Profanações**. Tradução e apresentação de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

BENJAMIN, W. Arquivos Walter Benjamin de antropologia. Tradução de André-Kees de Moraes Schouten. In: SCHOUTEN, A. **Canteiro de obras**: arquivos de antropologia. Pesquisa de doutorado em antropologia social da Universidade de São Paulo, 2012b. Disponível em: <<http://arquivoswbdeantropologia.net.br>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Critique de la violence et autres essais**. Traduction par Nicole Casanova et préface d’Antonia Birnbaum. Paris: Payot, 2012c.

_____. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin e Tradução de Susana Kampf Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2011.

_____. **Early Writings (1910-1917)**. Translated by Howard Eiland and Others. Cambridge: Harvard University Press, 2011b.

_____. **Gesammelte Schriften**. Hrsg. von Rolf Tiedemann und H. Schweppenhäuser. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991. 14 v.

_____. **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. **Oeuvres**. Traduction par Maurice de Gandillac, Rainer Rochlitz et Pierre Rusch. Paris: Gallimard, 2000. 3 v.

_____. **Selected Writings (1913-1926)**. Edited by Marcus Bullock and Michael W. Jennings. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

BERDET, M. **Walter Benjamin: la passion dialectique**. Paris: Armand Colin, 2014.

LÓPEZ, C. P. Walter Benjamin y Georges Sorel: entre el mito de la huelga general y una política de medios puros. **Trans/Form/Ação**: Revista de Filosofia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, v. 38, n. 1, p. 213-238, Jan./Abr., 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732015000100012>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SCHOUTEN, A. **Canteiro de obras**: arquivos de antropologia. Pesquisa de doutorado em antropologia social da Universidade de São Paulo (2012). Disponível em: <<http://arquivoswbdeantropologia.net.br>>. Acesso em: 20 set. 2015.

UNGER, E. **Politica e metafisica**. Traduzione e postfazione di Paolo Primi. Napoli: Cronopio, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-101-5

